

ÁREA TEMÁTICA: Estudos Organizacionais

**A INVISIBILIDADE DO CUIDADO: INTERSECCIONALIDADES NA EXPERIÊNCIA
DE MULHERES NA UNIVERSIDADE**

36º ENANGRAD

Resumo

O trabalho de cuidado não remunerado, geralmente invisível, pode trazer implicações para a trajetória acadêmica de mulheres, revelando desigualdades de gênero, raça e classe. Este estudo tem como objetivo analisar as implicações do trabalho de cuidado não remunerado na jornada acadêmica de mulheres estudantes em uma universidade pública, utilizando uma abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas realizadas com seis estudantes. Para a análise e interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, guiada por cinco categorias analíticas: gênero, raça, classe social, saúde mental e física, e apoio institucional, estas duas últimas emergidas a partir dos dados. Os resultados demonstram que o cuidado é naturalizado como responsabilidade feminina, reproduzindo a divisão sexual do trabalho. A partir de uma perspectiva interseccional, foi possível observar que as entrevistadas relataram sobrecarga física e emocional, afetando diretamente sua produtividade, saúde mental e permanência acadêmica. Sintomas como estresse, exaustão e adoecimento foram recorrentes, associados à carga mental invisível do cuidado e à falta de tempo. Além disso, a ausência de políticas institucionais de apoio, como creches, flexibilização de prazos e infraestrutura adequada, agrava a exclusão dessas mulheres na universidade, as entrevistadas mencionam que se sentem abandonadas diante da ausência de políticas de apoio.

Palavras-chave: Trabalho de cuidado não remunerado; Interseccionalidade; Mulheres Universitárias; Políticas Públicas.

36º ENANGRAD

1. INTRODUÇÃO

O trabalho de cuidado não remunerado refere-se às atividades de cuidado direto (como cuidar de crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência) e o cuidado indireto (tarefas domésticas como cozinhar, limpar e lavar roupas), que são realizadas sem pagamento (Hirata & Kergoat, 2007). Esse tipo de trabalho, que inclui o cuidado de familiares, filhos ou pessoas com alguma deficiência, são historicamente delegado às mulheres, o que o torna ainda mais oneroso quando se trata de mulheres que também estão inseridas em contextos acadêmicos, onde enfrentam a pressão de manter um desempenho satisfatório enquanto conciliam múltiplas responsabilidades.

O trabalho de cuidado não remunerado, mesmo sendo de suma importância para a sociedade e organizações, como forma de reprodução da vida e no bem-estar da sociedade (Melo & Castilho, 2009), ainda assim, é desvalorizado e frequentemente invisibilizado, passando “despercebido” pelas próprias organizações como por formuladores de políticas públicas. Entre as mulheres frequentemente responsáveis por esse trabalho de cuidado não remunerado, existem aquelas que realizam outras diversas atividades cotidianas e que precisam ser conciliadas (Moura *et al.*, 2023). A realidade das mulheres que são estudantes e que realizam o trabalho de cuidado é uma dessas situações que demandam estudo e compreensão.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2024), as mulheres realizam cerca de 76,2% de todo o trabalho de cuidado não remunerado no mundo, o que representa mais do que o triplo da quantidade realizada pelos homens. Diante disso, é possível perceber a ausência de políticas públicas eficazes e a naturalização da sobrecarga feminina no exercício dessas atividades. Quando se trata de mulheres universitárias essa realidade se traduz em dificuldades adicionais, como a falta de suporte institucional, carga excessiva de trabalho e limitações na participação acadêmica.

É comum que seja atribuído para homens e mulheres funções diferentes na sociedade e no lar por interpretação social do sexo biológico (Hirata & Guimarães, 2011). Sendo assim, a divisão sexual do trabalho foi historicamente definida com base no princípio de que os homens são responsáveis por prover a família (trabalho remunerado), enquanto às mulheres cabe o papel de reprodução e cuidado com o lar e os filhos (trabalho não remunerado) (Hirata & Kergoat, 2007). Essa divisão de gênero, que foi construída socialmente, reafirma que mesmo com a intensificação dos movimentos feministas e mudanças de padrões na sociedade, esse tipo de visão ainda tem interferência no cotidiano de diversas famílias.

Como agravante, quando se trata de mulheres negras o número é ainda maior, as taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres brancas são de 91,5%, enquanto pretas 94,1% ou pardas 92,3% (IBGE, 2023). Toda essa sobrecarga reflete marcadores estruturais de desigualdade, como raça e classe, que se interseccionam com as questões de gênero e acentuam as barreiras enfrentadas por essas mulheres no meio acadêmico. Do mesmo modo, a pandemia da Covid-19 trouxe à tona o peso desse trabalho para as mulheres, que, muitas vezes, viram suas rotinas acadêmicas e profissionais interrompidas pela sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidado, revelando um problema estrutural que se intensificou nesse contexto (Iwamoto & Petinelli-Souza, 2024).

As mulheres que acumulam responsabilidades com o cuidado da casa, o trabalho formal remunerado, a educação dos filhos ou com idosos, enfrentam uma alta probabilidade de sobrecarga (Silva *et al.*, 2020). Essa realidade limita as possibilidades das mulheres e aprofundar as desigualdades de gênero, para aquelas inseridas em contextos acadêmicos então, os efeitos podem ser ainda mais intensos,

pois a dupla jornada de trabalho e estudo compromete sua saúde mental, emocional e física (Moreira *et al.*, 2020).

A literatura sobre trabalho de cuidado não remunerado, embora em expansão, ainda é fragmentada, muitas vezes abordando o gênero de modo isolado, desconsiderando as interseções com raça e classe social. Assim, esta pesquisa propõe entender as mulheres como uma interseção de particularidades e experiências envoltas a sistemas de opressão em diferentes contextos sociais, históricos e culturais. Nesse sentido, considera-se a importância de analisar de que modo elementos como raça e classe social constroem vivências únicas e complexas, desafiando abordagens universalizantes.

Diante disso, essa pesquisa tem como principal objetivo: **analisar a percepção de mulheres estudantes universitárias sobre as implicações do trabalho de cuidado não remunerado em sua jornada acadêmica.**

Para investigar essa questão, esta pesquisa utiliza a teoria da interseccionalidade, uma ferramenta fundamental para a compreensão das experiências de mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão, como gênero, raça e classe social. A interseccionalidade, termo introduzido por Crenshaw (1989), propõe que essas categorias não devem ser vistas de forma isolada, mas como estruturas que se entrelaçam, criando experiências únicas de desigualdade e discriminação.

Ao considerar gênero e raça em conjunto, é possível compreender as particularidades das experiências das mulheres negras, evidenciando como esses marcadores estruturam as desigualdades na sociedade (Collins, 2019). Há uma grande necessidade de reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres, independentemente de ser remunerado ou não, ou realizado dentro ou fora de casa (hooks, 2019). Dessa forma, o trabalho de cuidado não remunerado pode ser melhor compreendido ao considerar essas estruturas, especialmente em uma universidade pública, onde mulheres de diferentes origens convivem e vivenciam essas pressões de maneiras distintas.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para o avanço das discussões na área ao integrar a perspectiva interseccional na análise do trabalho de cuidado não remunerado, evidenciando como gênero, raça e classe se articulam para produzir desigualdades na trajetória acadêmica de mulheres universitárias. Do ponto de vista empírico, o estudo amplia a compreensão sobre as múltiplas jornadas vividas por essas mulheres e os impactos em sua saúde e desempenho acadêmico. Em termos práticos, aponta a necessidade de políticas institucionais que considerem as especificidades das estudantes cuidadoras, contribuindo para a promoção da equidade no ensino superior.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Trabalho de Cuidado não Remunerado

O trabalho de cuidado não remunerado compreende atividades diretas (cuidar de crianças, idosos, pessoas doentes ou com deficiência) e indiretas (limpar, cozinhar, lavar e organizar a casa), realizadas sem pagamento e, em geral, no âmbito familiar (Hirata & Kergoat, 2007; Hirata & Guimarães, 2011). Embora essencial para a reprodução da vida e para o bem-estar social (Melo & Castilho, 2009), foi historicamente invisibilizado e desvalorizado, tratado como extensão “natural” do papel feminino. Transformações demográficas e culturais, como o envelhecimento

populacional, alteraram a demanda por cuidados, mas não romperam a vinculação de gênero que naturaliza o cuidado como responsabilidade das mulheres (Hirata & Kergoat, 2007). Persiste a ideia de que atividades associadas ao universo feminino seriam “não remuneráveis”, como se não exigissem qualificação nem esforço significativo; nessa lógica, a “vocação para o cuidado” opera como compensação simbólica (Iwamoto & Petinelli-Souza, 2024).

No modelo “tradicional” de família, às mulheres se atribui o trabalho doméstico e de cuidado, enquanto aos homens cabe o papel de provedores. Mesmo quando ambos trabalham fora, a dupla ou tripla jornada feminina permanece (Hirata & Kergoat, 2007). No mercado, ocupações de cuidado passaram por feminização, com entrada massiva de mulheres e consequente precarização de salários e condições (Vianna, 2013). No Brasil, a marca racial é estruturante: funções como babá, empregada doméstica e faxineira são majoritariamente exercidas por mulheres negras, evidenciando a interseccionalidade das desigualdades de gênero, raça e classe (Zanello et al., 2022). Embora o cuidado seja uma habilidade humana, a construção social define profissões e responsabilidades “femininas”, perpetuando a desigualdade.

Os dados reforçam a assimetria: as mulheres realizam 76,2% do cuidado não remunerado no mundo, mais que o triplo dos homens (OIT, 2024). No Brasil, a execução de afazeres domésticos alcança 91,5% entre mulheres brancas, 94,1% entre pretas e 92,3% entre pardas (IBGE, 2023), sinalizando o peso do racismo estrutural. A pandemia de Covid-19 intensificou a sobrecarga, interrompendo rotinas acadêmicas e profissionais e ampliando desigualdades (Iwamoto & Petinelli-Souza, 2024). Entre estudantes cuidadoras, isso se traduz em falta de suporte institucional, excesso de trabalho e limitações de participação acadêmica.

Para além do tempo gasto, há o componente invisível da carga mental: o trabalho cognitivo de planejar, organizar e monitorar continuamente as tarefas de cuidado e da casa (Damingier, 2019). Essa gestão permanente eleva estresse e exaustão e associa-se a insônia, dores e agravamento de doenças crônicas (Lachance-Grzela & Bouchard, 2010), além de maior fadiga e sofrimento psicológico (Bianchi & Milkie, 2010) e prevalência de ansiedade e depressão (Matias & Fontaine, 2015). Tais efeitos repercutem na disponibilidade e no desempenho acadêmico e profissional.

A literatura cresce, mas ainda é fragmentada e, por vezes, trata gênero de forma isolada. A perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Collins, 2019; hooks, 2019) é central para compreender como gênero, raça e classe se entrelaçam, produzindo experiências específicas de desigualdade. Como sintetiza Hirata (2016, p. 54), “o trabalho de cuidado é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça”. Enfrentar o problema requer reconhecimento do cuidado como trabalho, redistribuição mais equitativa das responsabilidades e políticas institucionais e públicas de suporte (creches, flexibilização de prazos e rotinas, atenção psicossocial e valorização do cuidado). Só assim será possível reduzir a sobrecarga, ampliar a equidade e garantir condições reais de permanência, inclusive no ensino superior.

2.2. Interseccionalidade

A interseccionalidade surgiu na década de 1980 e foi pensada e formulada pelas intelectuais do movimento Feminista Negro as quais questionavam o pensamento feminista tradicional que fazia distinção entre sexo e gênero. Nesse contexto, a interseccionalidade foi teorizada pela ativista e jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), como um aparato teórico-metodológico que define e

analisa a inseparabilidade das categorias de gênero, raça e classe social, que formam “avenidas identitárias” que se cruzam e se sobrepõe onde mulheres negras e pobres são constantemente afetadas (Akotirene, 2019).

Na interseccionalidade, gênero, raça e classe social, são consideradas construções sociais, fruto de relações sociais de poder, que geram contextos em que se produzem e reproduzem as desigualdades sociais, considerando as diferentes classificações sociais historicamente delegadas (Crenshaw, 2002; Piscitelli, 2008). Diante desse contexto, a interseccionalidade surge como uma proposta de compreensão da interação dessas estruturas criadas, como forma de opressão, subordinação e perpetuação de desigualdades entre mulheres, raças, etnias, classes e outras, ou seja, “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p.14).

A interseccionalidade contrapõe-se às análises e teorias que tratam gênero, raça e classe de forma isolada, argumentando que essa separação não é capaz de compreender as complexidades das vivências de grupos marginalizados, especialmente das mulheres negras e empobrecidas. Collins (2019), afirma que essas interseções operam dentro de uma matriz de dominação que articula diferentes sistemas de opressão: estrutural, simbólico e interpessoal. Essa matriz reflete as formas como o racismo, o sexismo e o classismo são sustentados e reproduzidos nas instituições, nas representações culturais e nas interações cotidianas. Assim, a interseccionalidade não apenas identifica os mecanismos de opressão, mas também reconhece os espaços de resistência e agência dentro dessas dinâmicas.

Davis (2016) já argumenta que a exploração das mulheres negras está historicamente enraizada nas estruturas do capitalismo, do racismo e do patriarcado, evidenciando como essas opressões moldam suas condições de vida e trabalho. Ainda segundo a autora (2016), a história das mulheres negras, desde o período da escravidão, revela como essas categorias operam simultaneamente, criando condições de exploração e subordinação que não podem ser compreendidas isoladamente. A autora também destaca o papel das mulheres negras como trabalhadoras essenciais, porém desvalorizadas, evidenciando como raça, classe e gênero se cruzam para definir suas posições na sociedade.

Essa perspectiva é ampliada por hooks (2014) onde critica o feminismo branco hegemônico por ignorar as experiências das mulheres negras e por universalizar as vivências femininas. Enfatiza que o racismo e o sexismo não são sistemas separados, mas interligados, moldando a opressão de formas específicas. Ademais, também aponta a necessidade de uma prática feminista interseccional que considere as complexas dinâmicas de poder que afetam mulheres negras em contextos históricos e sociais distintos.

Sobre o conceito da Interseccionalidade, Akotirene (2019), o traz para além de uma ferramenta teórica, sendo também uma prática política que reconhece a inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado. A autora também cita que a interseccionalidade é fundamental para compreender as dinâmicas que perpetuam desigualdades, especialmente em contextos como o Brasil, onde as mulheres negras ocupam as posições mais precarizadas no trabalho e enfrentam altas taxas de violência.

Quando se pensa em mulheres negras, Lélia Gonzalez (1988), propõe o conceito de “amefricanidade” ao pensar a interseccionalidade no contexto latino-americano, destacando como as mulheres negras da América Latina vivenciam opressões que combinam elementos do racismo, sexismo e colonialismo. Gonzalez

(1988), critica o feminismo hegemônico ao evidenciar as múltiplas camadas de opressão que as mulheres negras na América Latina enfrentam, em virtude do racismo, do sexismo e do colonialismo e que não são contempladas pelo feminismo até então discutido.

Aplicada ao trabalho de cuidado não remunerado, a interseccionalidade mostra que não se pode analisá-lo sem considerar raça e classe (Akotirene, 2019; Collins, 1990; Crenshaw, 1989; Davis, 2016). Esse trabalho, historicamente invisibilizado e desvalorizado, é atravessado por relações de poder que definem quem é sobrecarregado. Para Collins (1990), mulheres negras, posicionadas na base da hierarquia social, são frequentemente relegadas ao cuidado no âmbito doméstico e no mercado, sem reconhecimento ou compensação, expressão concreta da matriz de dominação. Crenshaw (1989) argumenta que a abordagem interseccional revela como políticas públicas e normas culturais perpetuam a divisão sexual do trabalho, atribuindo às mulheres, sobretudo negras e periféricas, a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência. No contexto latino-americano, Gonzalez (1988) aponta que a colonialidade do poder mantém vivo esse arranjo, produzindo duplas ou triplas jornadas que combinam cuidado familiar, emprego informal e trabalho doméstico remunerado em condições precárias.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo se trata de abordagem qualitativa, com o intuito de analisar as implicações do trabalho de cuidado não remunerado de mulheres estudantes em sua jornada acadêmica. A abordagem qualitativa adotada tem o intuito de conhecer em profundidade um fenômeno a partir do ponto de vista do sujeito da pesquisa. Tal abordagem, como esclarece Creswell (2007), tem como característica a proximidade e interação com o campo e a interpretatividade dos dados coletados, além de estudar diferentes pontos de vista sobre determinado assunto que está sendo estudado.

Visto que a pesquisa tem o intuito de analisar as implicações do trabalho de cuidado não remunerado para mulheres que estão na universidade, os objetivos desta pesquisa representam a intenção, o propósito e a ideia principal do estudo em questão. (Creswell, 2007).

3.2 Coleta de Dados

O estudo utilizou dados primários obtidos por entrevistas semiestruturadas (Bauer & Gaskell, 2002) com mulheres estudantes de uma universidade pública que realizam trabalho de cuidado não remunerado. Investigou-se a percepção dessas estudantes sobre as implicações desse trabalho em sua jornada acadêmica. Participaram 6 estudantes. Critérios de inclusão: matrícula ativa na universidade investigada e desempenho de cuidado não remunerado concomitante às atividades acadêmicas.

A seleção inicial deu-se por conveniência, dada a inserção da equipe de pesquisa na universidade. Contatou-se o Coletivo de Parentalidade da instituição, e as primeiras entrevistadas indicaram outras, configurando amostragem em bola de neve (Vinuto, 2014). Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, por favorecerem a exposição de pontos de vista (Bauer & Gaskell, 2002). O roteiro buscou identificar formas de cuidado não remunerado e suas implicações na trajetória acadêmica; considerou-se a perspectiva das entrevistadas como elemento-chave para interpretação do fenômeno (Dundon & Ryan, 2010).

O roteiro incluiu 16 perguntas sobre: formas de cuidado; impactos em tempo e energia; diferenças associadas a interseccionalidades; e políticas/práticas institucionais. A organização seguiu Spradley (1979): questões gerais de contextualização seguidas de questões específicas.

Perfil das participantes: uma graduanda, duas mestrandas, duas doutorandas e uma pós-doutoranda. Cinco entrevistas ocorreram on-line (Google Meet) e uma presencial; duração média de 23 minutos (mín. 19; máx. 26). Todas foram gravadas com autorização e transcritas integralmente antes da análise. As entrevistas foram individuais, realizadas entre 24/09 e 30/11/2024.

3.3. Procedimentos de Tratamento e Análise dos Dados

Para assegurar a confiabilidade da investigação, os dados das entrevistas foram examinados por análise de conteúdo (Bardin, 2006), conjunto de técnicas que descreve sistematicamente o conteúdo das mensagens e permite inferências além da leitura comum (Moraes, 1999). O objetivo foi aprofundar sentidos presentes no material e identificar pontos recorrentes.

Adotou-se categorização mista (Bardin, 2006): categorias a priori, orientadas pelo referencial teórico, e categorias a posteriori, emergentes dos dados. As três categorias a priori foram gênero, raça e classe social, analisadas de forma interseccionada à luz da interseccionalidade, ferramenta político-teórico-metodológica do Feminismo Negro (Crenshaw, 1989; Collins, 2019; Hirata, 2014). O procedimento analítico envolveu: transcrição integral; leitura geral para ajustes; leitura seletiva de repetições indicativas de categorias; e leitura aprofundada para refinar categorias teóricas. Em seguida, conectaram-se as categorias ao referencial do estudo (trabalho de cuidado não remunerado, interseccionalidade e políticas institucionais de gênero), interpretando como essas dimensões estruturam desigualdades na trajetória acadêmica.

Identificaram-se cinco categorias: duas a posteriori, apoio institucional e saúde física e mental, e três a priori, gênero, raça e classe (em perspectiva interseccional). Todas as participantes assinaram TCLE digital, com garantia de anonimato e confidencialidade e ciência dos objetivos da pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As entrevistas analisaram a percepção das participantes sobre as implicações do cuidado não remunerado em sua jornada acadêmica. Na categoria gênero, interseccionada a raça e classe, as falas apontam sobrecarga feminina e a naturalização do cuidado como responsabilidade das mulheres, conforme a literatura (Gonzalez, 1984; Kergoat, 2009; Hirata & Kergoat, 2007).

“É, eu sou a principal responsável, porque meu esposo, ele trabalha muito. E ele nunca, assim, nunca se preocupou em me ajudar em relação à Lara. Eu que resolvo tudo, eu que ajudo com as atividades, eu que vou na escola reclamar se alguma coisa não tá legal, eu que providencio o material, eu que compro tudo pela escola. Tudo sou eu” (Sujeita 5).

A entrevistada que é casada, possui uma filha, é doutoranda e trabalha, explica que sempre foi a responsável por todo cuidado relacionado à filha, não recebendo nenhum apoio do marido e pai da criança. Isso ilustra o conceito de *“ajuda masculina”* em vez de uma divisão equitativa de responsabilidades, revelando como estruturas patriarcais mantêm as mulheres como cuidadoras primárias.

“Só que depois que minha filha nasceu, e aí eu não tava trabalhando fora mais, eu acabei ainda

assumindo as coisas da casa. Ele trabalhando fora e eu assumindo as coisas da casa. [...] Mas se o meu marido tivesse que ficar em casa e não trabalhar, ele não ficaria, não. Então, se eu não assumisse, ele não assumiria” (Sujeita 3).

Na fala citada acima, se observa a reprodução do modelo tradicional de divisão sexual do trabalho (Hirata & Kergoat, 2007), no qual o homem é o provedor financeiro e a mulher é a cuidadora e responsável pelo espaço doméstico. Do mesmo modo, houve outras falas evidenciando como as mulheres muitas vezes assumem, sozinhas, a responsabilidade por todas as dimensões do cuidado, refletindo a expectativa social de que o cuidado é "naturalmente" atribuído a elas, como da Sujeita 1:

“Porque a opção de ter filho, que infelizmente foi essa ideologia que sempre prevaleceu, é da pessoa. E essa é uma ideologia que mascara as necessidades, as particularidades de cada grupo. Quem escolheu ter filho é você, então você se vira. E não é assim. A natureza escolheu que é a mulher que vai levar, é a mulher que vai amamentar” (Sujeita 1).

A fala da sujeita 1, aponta como a naturalização biológica do cuidado perpetua o papel da mulher como cuidadora principal. Essa divisão desigual das tarefas do cuidado, impacta diretamente na vida acadêmica dessas mulheres, pois elas se sentem sobrecarregadas tanto fisicamente quanto psicologicamente.

A partir dessas falas, percebe-se como as desigualdades de gênero se entrelaçam com condições materiais e de raça, acentuando vulnerabilidades ou criando espaços de privilégios. As falas das Sujeitas 1 e 2 revelam que mulheres de classes mais baixas frequentemente precisam adiar ou sacrificar sua formação acadêmica devido a demandas financeiras e responsabilidades familiares como o trabalho de cuidado não remunerado: *“Porque quando eu era novinha, eu poderia ter feito a universidade mais cedo. Eu não consegui fazer. Eu tinha que fazer opções, eu tinha que fazer escolhas, então não pude fazer. Porque a diferença era muito grande” (Sujeita 2).*

A Sujeita 5 observa que a ausência de suporte financeiro afeta diretamente a maternidade e o desempenho acadêmico de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. A falta de renda suficiente para contratar auxílio, agrava a sobrecarga das mulheres, impactando sua saúde física e mental, como é mencionado pela Sujeita 5:

“Graças a Deus eu tenho um bom emprego, eu tenho um bom salário, eu não tenho problemas financeiros pra cuidar da minha filha, mas muitas mulheres têm, eu sei que tem. E aí? Então a recepção do salário pra uma mulher que tem filho, principalmente quando não tem um companheiro que ajude com as despesas, com certeza também é muito complicado pra mulher. Isso vai impactar no desempenho profissional, acadêmico, não vai ter jeito.” (Sujeita 5).

Essas falas ilustram a negligência histórica das experiências das mulheres negras e pobres nos debates sobre maternidade e trabalho (Davis, 2016). As decisões impostas pela necessidade econômica mostram como o sistema capitalista se beneficia da exploração do trabalho de cuidado não remunerado, especialmente de mulheres racializadas, indicando que a interseccionalidade é uma ferramenta político-epistemológica que revela como o capitalismo, o racismo e o patriarcado operam juntos (Akotirene, 2019).

As Sujeitas 3 e 4 refletem sobre seus privilégios enfatizando que suas rendas e o suporte financeiro permitem que contratem ajuda para cuidar dos filhos, possibilitando maior dedicação aos estudos e/ou outras atividades, evidenciando que as desigualdades materiais incidem diretamente na forma como o trabalho de cuidado é vivenciado. Tal como argumenta Gonzalez (1984), a intersecção entre racismo e sexismo estrutura a forma como os papéis de cuidado são socialmente distribuídos, hierarquizando mulheres a partir da raça e classe.

A Sujeita 6 também cita o privilégio de ter uma condição financeira satisfatória para contratar uma ajuda paga:

“Por exemplo, eu tenho uma ajuda que é paga e não é barato. Então, com certeza, a renda que eu tenho, a renda que o meu esposo tem, influência para que isso seja possível. Enquanto em outras famílias, talvez não tenha essa ajuda paga, e aí sobrecarrega ainda mais as famílias, a mãe provavelmente, que normalmente é a principal cuidadora. Então, eu acho que sim, influencia com certeza” (Sujeita 6).

A Sujeita 4 evidencia como as condições materiais modulam a experiência de cuidado, por exemplo, morar em casa com ar-condicionado, lembrando que recursos aparentemente básicos não são acessíveis a todas. Em consonância, Fraser (2016) sustenta que justiça social requer redistribuição de recursos materiais e simbólicos para enfrentar desigualdades estruturais. Já a Sujeita 3 relata que, mesmo sem dificuldades financeiras, sofre sobrecarga mental por falta de tempo; isso mostra que a intersecção entre classe e gênero produz desigualdades também em contextos de privilégio, afetando saúde mental e bem-estar. Entre mulheres de classes menos favorecidas, soma-se o estresse financeiro, o que intensifica a carga mental e a precariedade do cuidado (Damingier, 2019).

“Eu tenho condição financeira de pagar uma pessoa pra olhar meus filhos [...] Então, como eu tenho a condição, a Bolsa me permite estar aqui e eu tenho condição financeira [...] Eu sei que outras mulheres não têm essa mesma condição. Tem muita gente que trabalha, tem filhos, estuda” (Sujeita 3).

Por fim, as falas de participantes em posição mais privilegiada, como a Sujeita 4, evidenciam como apoio financeiro, condições materiais e raça atenuam o impacto do trabalho de cuidado: “Eu sou com certeza privilegiada por ser branca, por ter a renda que eu tenho e o meu esposo”. Ela reconhece que sua condição social facilita as tarefas de cuidado e proporciona um ambiente favorável, por exemplo, casa com ar-condicionado, com efeitos diretos sobre a saúde e o bem-estar da filha. Isso mostra que a classe social não apenas abre acesso a recursos, mas molda as condições de vida, influenciando a capacidade de realizar o cuidado de forma mais eficiente ou menos sobrecarregada. Além de gênero e classe, a categoria raça aparece entrelaçada às demais.

As falas também reforçam as interseções: mulheres de menor renda relatam abandono da trajetória acadêmica por não conseguirem conciliar cuidado e sobrevivência econômica. Esse quadro dialoga com Davis (2016), ao criticar um feminismo hegemônico que, por vezes, negligencia os efeitos do racismo e da desigualdade social na vida de mulheres negras e pobres, e com Gonzalez (1984), ao expor como o mito da democracia racial no Brasil invisibiliza opressões historicamente ligadas à servidão, ao cuidado de outros e à negligência do Estado. A referência ao “lugar da doméstica” permanece marcador simbólico da naturalização da subalternidade feminina negra.

As entrevistas evidenciam que essa sobrecarga prejudica desempenho e disponibilidade na universidade: “porque além das pessoas que são mães e têm as coisas de casa pra fazer, tem mães que trabalham e estudam” (Sujeita 2). Esses elementos sustentaram a criação da categoria saúde mental e física

Nesse eixo, os depoimentos mostram como a divisão desigual do cuidado recai sobre mulheres que acumulam múltiplas jornadas (mães, estudantes e, muitas vezes, trabalhadoras), afetando saúde mental e física e a participação acadêmica. Trata-se do “trabalho reprodutivo invisível”, cuidado, organização doméstica e apoio emocional, historicamente desvalorizado e atribuído às mulheres (Federici, 2019). Como pode ser percebido na fala a seguir:

“Então, afeta não só pelos cuidados que eu tenho que fazer com eles [os filhos] e as imprevisibilidades da maternidade, como a cabeça mesmo, cansada. Tem que ter coisas pra comer, tem que pensar nas contas, nos médicos, nos remédios” (Sujeita 3).

A Sujeita 3 também menciona a “*demanda infinita*” de tarefas que incluem alimentação, contas e cuidados médicos, ilustrando o conceito de carga mental descrito por Daminger (2019). Esse tipo de trabalho, muitas vezes não mensurado, exige planejamento e organização constante, sobrecarregando emocionalmente quem o executa. *“Não é só o trabalho físico, né? É um trabalho mental, porque você tem que organizar tudo. É uma demanda infinita”.* (Sujeita 3).

Ela ainda relata a interrupção constante no processo de escrita de sua tese devido às responsabilidades domésticas, exemplificando como o trabalho de cuidado interfere diretamente na produtividade acadêmica.

A divisão desigual das tarefas de cuidado limita a participação das mulheres em atividades extracurriculares, como iniciação científica e projetos de pesquisa. Isso é discutido por Hirata e Kergoat (2007), que destacam como a dupla ou tripla jornada das mulheres restringe suas oportunidades de qualificação profissional e ascensão acadêmica. A Sujeita 1 menciona que não pode participar de iniciação científica por falta de tempo, o que comprometeu sua trajetória acadêmica. Essa falta de oportunidades reflete as barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres que acumulam trabalho de cuidado e estudo.

Falas da Sujeita 2 e Sujeita 3 reforçam que as imprevisibilidades da maternidade e as limitações impostas pelas responsabilidades do cuidado afetam não apenas o desempenho acadêmico, mas também o bem-estar psicológico. Esses relatos reforçam a necessidade de considerar a saúde mental como um aspecto central das discussões sobre equidade de gênero dentro e fora das universidades.

A afirmação da Sujeita 3 de que “*o cérebro nunca mais voltou a funcionar igual*” após a maternidade, também vai ao encontro como o que Daminger (2019) chama de carga mental das tarefas de cuidado, ressaltando que o planejamento e a organização dessas tarefas caem desproporcionalmente sobre as mulheres.

“E fora que a cabeça da mãe[...] A cabeça da mãe não é mais a mesma. Meu cérebro nunca mais voltou a funcionar igual ele funcionava antes de ter filho, sabe? Tem vários estudos que falam que o cérebro se modifica por conta da maternidade” (Sujeita 3).

O impacto dessa sobrecarga na saúde é destacado pela Sujeita 3 que menciona problemas de saúde que nunca teve durante a vida e agora está tendo por conta do estresse da maternidade e doutorado. Essa conexão entre estresse e saúde física descreve como o acúmulo dos estudos com o trabalho de cuidado não remunerado, levando a um esgotamento físico e emocional das mulheres (Lachance-Grzela & Bouchard, 2010; Matias & Fontaine, 2015).

“De uns anos pra cá eu tô tendo problema de insulina, eu tive que ir na gastro, tô tendo problema de intestino, esses dias eu fui na ginecologista, tô com problema no útero. Então, assim, todas falam que é essa questão mesmo, é o estresse. Que é coisa demais” (Sujeita 3).

Além de que, a academia é descrita como um espaço solitário e pouco acolhedor, conforme destacado pela Sujeita 3 e Sujeita 2 e essa solidão intensifica o impacto da sobrecarga e da saúde mental. Hooks (2019), argumenta que a falta de coletividade e suporte institucional nas estruturas dominantes perpetua as desigualdades e dificulta a inclusão de mulheres em espaços tradicionais masculinos, como a academia. Assim, após muitas das entrevistadas relatarem que o ambiente da universidade corrobora para a sobrecarga sentida, além da dificuldade de conciliar a dupla/tripla jornada com o trabalho de cuidado não remunerado, surgiu a categoria **apoio institucional**.

A maternidade, como descrita pela Sujeita 1 e Sujeita 3, traz uma imprevisibilidade que dificulta a participação em atividades acadêmicas. A falta de controle sobre o tempo é agravada pela estruturação da academia, que muitas vezes ignora as particularidades de estudantes com filhos. Além disso, a sujeita 4 observa que *"não sou dona do meu tempo mais"*, destacando a alienação temporal vivenciada por mães acadêmicas. A fala da Sujeita 4 destaca que até os finais de semana são consumidos pelas demandas de cuidado, eliminando qualquer possibilidade de descanso ou recuperação. Federici (2019), explora como o trabalho de cuidado não remunerado é invisibilizado e subvalorizado, conduzindo um ciclo contínuo de exploração física e emocional.

O apoio institucional vindo da universidade é outro ponto muito citado pelas entrevistadas, as falas delas demonstram que a academia não apenas perpetua desigualdades estruturais, mas também ignora as especificidades das mulheres que acumulam o trabalho de cuidado e a vida acadêmica. As falas também evidenciaram como as instituições acadêmicas e sociais perpetuam a naturalização do cuidado como responsabilidade feminina, negligenciando a criação de estruturas de apoio. A sujeita 1, engravidou durante o Mestrado e conta que quando chegou na secretaria para avisar da gravidez as pessoas ali não souberam aconselhá-la e destaca que a universidade não enxerga a mulher enquanto capaz de engravidar durante o curso.

"Eu falei pra ela, tô grávida, vou ter um bebê, e aí, o que que eu faço? Ela falou assim, não sei. [...] falou que não sabia e realmente a universidade, até na minha gestão de pós-graduação, não enxergava a mulher enquanto mãe capaz de engravidar durante o curso" (Sujeita 1).

A sujeita 1, também cita que saiu de licença maternidade, e quando voltou foi cobrada a qualificação de sua dissertação, sem pensar que ela não estava no semestre que foi ofertada a disciplina pré-requisito e a própria secretaria não tinha ofertado novamente para que ela pudesse fazer a tempo: *"Como que eu vou saber escrever se é uma coisa que eu nunca fiz, sem antes fazer disciplina? Então isso foi um desgaste muito grande, porque eu não tenho estrutura nenhuma"* (Sujeita 1).

Essa entrevistada ainda relata sobre o constrangimento que foi resolver toda essa burocracia na universidade, quando na verdade a universidade não pensou na estudante que precisou sair de licença maternidade durante o mestrado: *"E aí foi necessário fazer um reboliço, digamos assim, para mostrar que as mulheres, elas entram e elas podem engravidar durante o curso, né? [...] Então, foi um processo que ficou muito constrangedor, de certa forma"*. (Sujeita 1). Então ela termina dizendo que a sensação que tem é que as normas da universidade *"foram pensadas por anos pelos homens e elas são executadas conforme a visão masculina"* (Sujeita 1).

A falta de políticas institucionais para mães universitárias, como creches e flexibilização de prazos, agrava a desigualdade de gênero na academia. A sujeita 2, enfatiza a necessidade de apoio dentro da universidade, tanto em infraestrutura quanto em apoio coletivo e dos professores, como por exemplo: flexibilidade de prazos e entregas, um espaço próprio dentro da universidade para as crianças (brinquedotecas), pessoas para cuidarem enquanto assistem aulas (rede de apoio), fraldário nos banheiros, creche para as crianças, acessibilidade ao RU (valores).

"Teria que ter mais suporte para ajudar as mães, os professores tinham que ser mais colaborativos. Tipo assim, mães que trabalham fora, não conseguir entregar na data certa, poder abrir uma exceção, entendeu? Ter aquela rede de apoio lá dentro mesmo, para as crianças poderem estar dentro daquele espaço, junto com as mães ali. O lugar para trocar as crianças no banheiro não tem. Facilidade do RU para as crianças comerem também não tem. acesso a creche, muita mãe precisa da creche ali, não tem acessibilidade a isso. Ah, tinha que mudar muita coisa, muita mesmo" (Sujeita 2).

A sujeita 2 destaca que sente que as estudantes que realizam o trabalho de cuidado não remunerado estão abandonadas e continua apresentando possíveis soluções para acolher e acessibilidades para mulheres que realizam o trabalho de cuidado como profissionais *“psicólogos, psiquiatras, terapia, pedagogia, tudo ali, um suporte ali pra poder dar auxílio pra essas mães, porque elas estão abandonadas. Eu, no meu ponto de vista, elas estão abandonadas”*. (Sujeita 2). Além de destacar que como esse suporte a mulher estudante e responsável pelo cuidado até renderia mais academicamente. Ela também cita sobre um possível espaço lúdico feito na universidade como suporte para essas mães deixarem seus filhos.

“Tem que ter uma rede de apoio, porque eu acho que se a universidade ajudasse mais, a mãe, ela renderia mais no curso e ela também poderia ficar menos preocupada dentro da universidade, que é um espaço bacana, tem muito verde, daria para fazer um espaço bem lúdico, bem legal ali para as crianças” (Sujeita 2).

“Tem que ter uma rede de apoio, porque [...] se a universidade ajudasse mais, a mãe renderia mais no curso [...]. daria para fazer um espaço bem lúdico, bem legal ali para as crianças” (Sujeita 2)

Ela fala também sobre a compreensão dos professores e dá como exemplo o fato dela ter que faltar às vezes por conta de a filha estar doente, e ela não pode usar o atestado da filha como justificativa. Ela deixa claro que nesses casos deveriam abrir exceções pois nenhuma mãe quer sair para estudar e deixar os filhos em casa.

“Mas às vezes eu preciso faltar também, né? Então eu não posso pegar um atestado porque não vale pra mim. Então, eu acho que para as mães, pelo menos, teria que abrir exceção, porque qual mãe que vai estudar e vai deixar o filho doente em casa? Não tem condição” (Sujeita 2).

A sujeita 3, conta que após a troca de orientação ela se sentia mais acolhida/entendida, pois sua nova orientadora era mulher e mãe assim como ela, então ela compreendia momentos em que ela precisava de uma compreensão diferente:

“Então, ela entende minhas questões. Ela sabe que tem momentos que eu tenho um filho doente, tem questões de escola” (Sujeita 3).

A fala da Sujeita 6 sobre a exigência igualitária de desempenho, independentemente da carga de cuidado, expõe uma desigualdade estrutural na academia. A lógica meritocrática ignora as condições desiguais de acesso e participação. Acker (1990), em seu trabalho sobre organizações de gênero, explica que as instituições são projetadas com base em um modelo de trabalho ideal, que presume um indivíduo sem responsabilidades externas, penalizando mães e cuidadoras.

“Eu não tenho como deixar um filho chorando, com fome, porque eu preciso estudar. E aí eu acabo sobrecarregada, por quê? Porque eu sou exigida igual outras pessoas que não têm essa mesma sobrecarga, é exigida, é a mesma nota, as mesmas tarefas. E aí eu tenho que me virar nos 30 para conseguir conciliar tudo” (Sujeita 6).

Por fim, concluímos citando trecho da sujeita 2, *“A universidade tinha que abraçar mesmo”*. As falas evidenciam que mulheres, especialmente mães, precisam conciliar cuidado, maternidade e vida acadêmica, acumulando sobrecarga física, emocional e cognitiva. Essa carga decorre da naturalização do cuidado como responsabilidade feminina e se intensifica por desigualdades de raça e classe, restrições financeiras e falta de suporte institucional. Os relatos apontam impactos relevantes na saúde mental e física, além de limites concretos à participação e permanência universitária. Conclui-se pela urgência de políticas públicas e institucionais interseccionais e redistributivas, reconhecimento formal do cuidado, flexibilização de prazos e rotinas, creches e apoios e atenção psicossocial, para

reduzir a sobrecarga, ampliar a equidade e garantir condições reais de permanência às estudantes cuidadoras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar através da percepção de mulheres de uma universidade pública as implicações do trabalho de cuidado não remunerado em sua jornada acadêmica. Para que esse objetivo fosse alcançado, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas. Através dos dados coletados, demonstrou-se que as mulheres universitárias que realiza algum tipo de trabalho de cuidado não remunerado, se sentem sobrecarregadas com as tarefas do cuidado, que na maioria dos casos, recaem sobre elas, o que perpetua desigualdades e impacta suas trajetórias acadêmicas, saúde mental e física.

As falas das entrevistadas evidenciaram que o trabalho de cuidado é frequentemente naturalizado como uma responsabilidade feminina, enquanto os suportes institucionais para mitigar essa sobrecarga são inexistentes ou insuficientes. Assim, as categorias de classe social e raça aparecem como fatores que intensificam as desigualdades: mulheres negras e de classes mais baixas enfrentam maiores desafios, como a ausência de recursos financeiros para contratar ajuda ou menor acesso a condições básicas.

Através da articulação entre gênero, raça e classe social, foi possível demonstrar como o trabalho de cuidado não remunerado impacta de forma desigual a trajetória acadêmica dessas mulheres, evidenciando não apenas a sobrecarga física e emocional, mas também a ausência de suporte institucional e a naturalização do cuidado como responsabilidade feminina. Os achados reforçam que as instituições educacionais ainda operam sob uma lógica masculina e excludente, ignorando as especificidades de mulheres cuidadoras. Afinal, a colonialidade de poder continua a estruturar o racismo e o sexismo nas sociedades (Gonzalez, 1988)

Do ponto de vista teórico, a pesquisa amplia o debate sobre o trabalho de cuidado não apenas como um fenômeno de gênero, mas como uma prática social atravessada por múltiplos e simultâneos sistemas de opressão. A pesquisa também contribui ao propor a interseccionalidade como uma ferramenta de análise potente para identificar desigualdades e propor caminhos para práticas institucionais mais inclusivas. Por fim, ao visibilizar a experiência vivida das estudantes, este estudo também se propõe como uma ação política e epistemológica, que questiona a neutralidade das instituições acadêmicas e convida à reflexão crítica sobre a produção e reprodução das desigualdades dentro da universidade.

Como contribuição prática, os achados reforçam a urgência de políticas públicas e institucionais voltadas para as mulheres acadêmicas que realizam trabalho de cuidado. A implementação de medidas como creches universitárias, flexibilização de prazos acadêmicos, suporte psicológico e reconhecimento institucional da carga de cuidado é essencial para promover equidade no ambiente acadêmico. Com isso, é fundamental ampliar a conscientização sobre a importância de compartilhar as responsabilidades de cuidado, desafiando as normas de gênero que perpetuam a divisão desigual do trabalho de cuidado.

Como indicação de pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da quantidade de mulheres entrevistadas incluindo entrevistas com gestoras universitárias e docentes, possibilitando uma análise comparativa mais abrangente. Considerando isso, é possível manifestar as limitações deste estudo, como a realização das entrevistas em um único contexto universitário, limitando a compreensão de outras realidades oferecidas.

REFERÊNCIAS

- Acker, J. (1990). Hierarquias, empregos, corpos: Uma teoria de organizações de gênero. *Gender & Society*, 4 (2), 139-158. <https://doi.org/10.1177/089124390004002002>.
- Agência de Notícias – IBGE. (2023, 11 de agosto). *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticia/s/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).
- Bauer, M. e Gaskell, G. (2022). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- Bureau Internacional do Trabalho. (2019). *Prestação de cuidados: trabalho e profissões para o futuro do trabalho digno*. Genebra: OIT
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (J. P. Dias, Trad.). Boitempo.
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–189.
- Creswell, J. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos*. (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* [Recurso eletrônico] (H. R. Candiani, Trad., 1ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Daminger, A. (2019). *A dimensão cognitiva do trabalho doméstico*. *América Revista Sociológica Americana*, 84(4). <https://doi.org/10.1177/00031224198590>
- Dundon, T., & Ryan, P. (2010). Interviewing reluctant respondents: Strikes, henchmen, and Gaelic games. *Organizational Research Methods*, 13(3), 562-581. <https://doi.org/10.1177/1094428109335571>
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.
- Gil, AC (2002). *Como elaborar projeto de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gonzalez, L. (1988). Por um feminismo afro-latino-americano. In C. Rattanzi & R. Cervini (Orgs.), *Lélia Gonzalez: Primavera para as rosas negras*. Sueli Carneiro/Parábola.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73.
- Hirata, H., & Guimarães, N. (2011). Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Revista de Sociologia e Antropologia*, 1(1), 151–180. <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v117>.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742007000300005>.

- hooks, b. (2014). *Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo* (1ª ed.). Plataforma Gueto. (Original work published 1981).
- hooks, b. (2019). *Teoria feminista: Da margem ao centro* (R. Patriota, Trad.). Perspectivas.
- Iwamoto, H. e Petinelli-Souza, S. (2024). Trabalho reprodutivo na COVID-19: um estudo com mães. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 17 (1), 425–447. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-025>
- Lachance-Grzela, M., Bouchard, G. Por que as mulheres fazem a maior parte do trabalho doméstico? Uma década de pesquisa. *Sex Roles* 63 , 767–780 (2010). <https://doi.org/10.1007/s11199-010-9797-z>.
- Lima, C. A. P. C., Silva, B. C. O., & Bezerra, J. C. V. (2020). Mulher Macho, Não Senhor! – Um Estudo de Caso sobre a Percepção de Gestoras e seus Pares a Respeito do Modelo de Gestão Feminina. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 6(3), 7-21.
- Matias, M., & Fontaine, AM (2015). Lidando com o trabalho e a família: como os que têm dupla renda interagem? *Scandinavian Journal of Psychology*, 56 (2), 212–222. <https://doi.org/10.1111/sjop.12195>.
- Melo, HP de, & Castilho, M. (2009). Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, 13 (1), 135–158. <https://doi.org/10.1590/s1415-98482009000100006>.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Moreira, L. E., Alves, J. S., Oliveira, R. G., & Natividade, C. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, 32. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240246>.
- Moura, IOE de S., et al. (2023). *Por onde andamos? Experiências e perspectivas das múltiplas maternidades nas universidades*. Ed. das Autoras. Rio de Janeiro.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263–274.
- Richardson, R. (1999). *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Souza, L. de, & Machado, L. (2021). Casa, maternidade e trabalho no distanciamento social: a “pandemia” da sobrecarga de trabalho para as mulheres. *Revista da ANPEGE*, 17 (32), 281–308.
- Spradley, J. P. (1979). *The Ethnographic Interview*. Belmont, CA: Wadsworth Group & Thomson Learning.
- Vianna, C. P. (2013). A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações* (p. 302). Brasília: Abaré.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.
- Zanello, V., et al. (2022). Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiros de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, 30 (2), e86991. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286991>.